prindo as normas legais e de relacionamento interinstitucional, com excepção da correspondência e demais documentos destinados aos órgãos de soberania e respectivos titulares, às entidades e organismos internacionais, ao Provedor de Justiça, aos tribunais, às confederações patronais e sindicais, aos órgãos sociais do IIEFP e aos delegados regionais;

- b) Autorizar compras directas de carácter urgente até ao valor de € 100 por acto, a suportar através do fundo permanente atribuído à directora do Departamento;
- c) Autorizar as deslocações em serviço no País;
- d) Autorizar as dispensas e justificar as faltas de pessoal;
- e) Autorizar a utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço que o pessoal tenha de efectuar, sempre que não seja possível a utilização de viaturas do IIEFP ou quando a utilização de transportes públicos não seja compatível com a urgência do serviço a realizar ou delas resultem maiores encargos para o Instituto.

§ 1.º A realização de qualquer despesa e a prática de qualquer acto no âmbito da competência subdelegada pressupõe o respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor e o cumprimento das instruções emanadas do conselho directivo.

§ 2.º É expressamente vedada a aquisição de bens supérfluos ou ornamentais.

§ 3.º Mensalmente, será remetida à directora de departamento a relação nominativa das utilizações de automóvel próprio, com a totalidade individual dos quilómetros e a descrição dos percursos efectuados.

§ 4.º Em matéria de formação do pessoal, de informação e documentação, de relações comunitárias e internacionais e de relações públicas, a directora de serviços articulará obrigatoriamente com os serviços com competência nessas matérias.

§ 5.º A presente subdelegação é de aplicação imediata, considerando-se expressamente ratificados pela directora do Departamento de Formação Profissional os actos que se mostrem conformes à mesma subdelegação praticados pela subdelegatária até à presente data.

12 de Outubro de 2005. — A Directora de Departamento, *Isabel Henriques*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 24 766/2005 (2.ª série). — Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2005, de 12 de Outubro (*Diário da República*, 1.ª série-B), foi criada na dependência directa do Ministro da Saúde a Missão para os Cuidados de Saúde Primários (MCSP), com natureza de estrutura de missão, para dirigir o projecto global de lançamento, coordenação e acompanhamento da estratégia de reconfiguração dos centros de saúde e implementação das unidades de saúde familiar.

De acordo com o estabelecido na citada resolução, o coordenador é assessorado por uma equipa constituída, no máximo, por 15 elementos a designar por despacho do Ministro da Saúde.

Assim:

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2005, de 12 de Outubro, designo para integrar a equipa que prestará assessoria ao coordenador da Missão para os Cuidados de Saúde Primários (MCSP) as personalidades seguintes:

- a) Prof. Doutor Armando Brito de Sá, licenciado em Medicina — médico de família
- b) Doutor Carlos Alberto Jesus Nunes, licenciado em Medicina — médico de família;
- c) Enfermeira Cristina Maria da Costa André Correia, licenciada em Enfermagem;
- d) Doutor João Manuel da Silva Moura dos Reis, licenciado em Medicina — médico de família;
- e) Doutor João Nunes Rodrigues, licenciado em Medicina — médico de família;
- f) Doutor José Luís Carreira Nunes, licenciado em Medicina — médico de família;
- g) Doutor José Miguel da Conceição Fragoeiro, licenciado em Direito;
- h) Enfermeira Maria do Carmo Ferreira, licenciada em Enfermagem;
- i) Enfermeira Maria Manuela Branco da Silva, licenciada em Enfermagem.

O presente despacho produz efeitos reportados a 8 de Novembro de 2005.

10 de Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Louvor n.º 1446/2005. — O Professor Ricardo Jorge Seabra Gomes cessou a sua carreira hospitalar, por motivos de aposentação, em 1 de Julho de 2005, após 36 anos de exercício de medicina, 26 dos quais vividos no Hospital de Santa Cruz.

A par de uma intensa actividade assistencial ligada à cardiologia, o Professor Seabra Gomes distinguiu-se, também, pelo seu percurso académico, tendo-se doutorado em 1994.

Foi director do serviço de cardiologia do Hospital de Santa Cruz desde 1984, tendo sido pioneiro em cardiologia de intervenção e realizado a primeira angioplastia em Maio desse ano, à qual se sucederam importantes marcos históricos na evolução da intervenção coronária percutânea. No desempenho da sua actividade prestou a este Hospital relevantes serviços e uma dedicação extraordinária, tendo demonstrado uma enorme capacidade de organização e elevado nível de competência, qualidades merecedoras de destaque e a referir como exemplo.

Ao longo da sua carreira evidenciou sempre elevada competência técnico-científica, conducente ao sucesso do seu exercício como presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (2001-2003).

Pela competência, dignidade e lealdade que sempre mostrou nas funções que desempenhou e por tudo quanto fez pelo Hospital de Santa Cruz, é amplamente merecedor do público louvor que, em simultâneo com a atribuição da medalha de serviços distintos (grau «ouro») deste Ministério e de acordo com a proposta do conselho de administração deste Hospital, lhe concedo.

26 de Outubro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10 931/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 16.4 do Regulamento dos Concursos de Ingresso da Carreira de Administração Hospitalar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 2 de Abril de 1984, torna-se pública a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso interno de ingresso para a categoria de administrador do 4.º grau do quadro único de administradores hospitalares, aberto pelo aviso n.º 6832/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 24 de Junho de 2004:

Candidatos admitidos:

António Alberto Ginó.
 António José Ramalho Montalto Fialho.
 Arménio de Almeida Simões Neves.
 Carlos José Gomes.
 Celeste da Conceição Terêncio Silva.
 Fernando Medeiros da Silva Soares.
 Helena Garcia Gaspar Farinholo Fernandes.
 Ilda Maria Justino de Jesus Costa.
 Jorge Manuel da Silva Pinto.
 José Gaspar Pinto de Andrade Pais.
 Júlio Paulo Candeias Pedro.
 Júlio Ribeiro Gonçalves.
 Luís Manuel Sousa Matias.
 Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia.
 Maria Manuela das Neves Nunes.
 Maria Margarida Cidade Pereira de Moura Theias.
 Maria Teresa dos Reis Brito.
 Mário Henrique Barbosa de Medeiros.
 Miguel Ângelo Madeira Rodrigues.
 Nuno Miguel Matos Lopes.
 Pedro Dinis da Silva Mendes.
 Rui Manuel Viegas Moreira.
 Salomé Oliveira Machuco Esteves.
 Sandra Cristina Gomes Gaspar.
 Vanessa Maria Gandra Esteves da Cunha Fernandes Pereira de Gouveia.

Candidatos excluídos:

António Guilherme Mingot Maurício Negrão (a).
 Cláudia de Almeida Silva Fonseca Macedo (a).
 Jorge Manuel Valle da Costa Teixeira (a).
 Maria Elisabete da Costa Pires (a).
 Mário Filomeno Alves Alpalhão (a).
 Marta Alexandra Fartura Braga Temido (a).

Marta Maria Barreiros Fernandes Couto Bronze (a).
 Marta de Seabra Andrade Lopes Martins (a).
 Paulo Jorge Espiga Alexandre (a).
 Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis (b).
 Sónia Alexandra Ferreira dos Santos Oliveira Pereira (a).
 Telma Rita Almeida Fernandes (a).
 Teresa Alexandra dos Santos Mariano Pêgo (a).

(a) Por não ter apresentado a prova documental exigida na alínea c) do n.º 11 do aviso de abertura do concurso — prova de vínculo à função pública como funcionário — de provimento definitivo a um quadro de um organismo da Administração Pública.

(b) Por não possuir o requisito previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio, e não se encontrar abrangido pela alínea c) do artigo 3.º do mesmo diploma legislativo.

23 de Setembro de 2005. — O Presidente do Júri, *Altino Armelim Sá de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 24 767/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Saúde de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a medalha de ouro de serviços distintos do Ministério da Saúde ao Prof. Doutor Ricardo Jorge Seabra Gomes.

17 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Setúbal

Aviso n.º 10 932/2005 (2.ª série). — Por deliberação proferida pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo em 20 de Outubro de 2005, foi anulado o concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, cujo aviso de abertura n.º 8739/2004 (2.ª série) foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 7 de Setembro de 2004.

15 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio*.

Aviso n.º 10 933/2005 (2.ª série). — Por deliberação proferida pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo em 2 de Novembro de 2005, foi anulado o processo de recrutamento e selecção para provimento do cargo de director de serviços de Administração Geral da Sub-Região de Saúde de Setúbal, cujo aviso de abertura foi publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 6 de Julho de 2005, a p. 72.

15 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio*.

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde do Porto

Aviso n.º 10 934/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho da coordenadora desta Sub-Região de Saúde de 11 de Novembro de 2005, no uso de competência delegada, se encontra aberto pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso concurso interno de ingresso para o provimento de quatro lugares na categoria de assistente, da carreira técnica superior de saúde, ramo de nutrição, constante do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, e publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996.

1.1 — Legislação aplicável ao presente concurso:

Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro;
 Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove

activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares postos a concurso, bem como para aqueles que possam resultar da mobilidade dos funcionários da referida carreira e ramo e já vinculados ao quadro desta Sub-Região de Saúde, esgotando-se com o preenchimento dos mesmos.

4 — Locais de trabalho:

Centro de Saúde de Amarante — um lugar;
 Centro de Saúde de Penafiel e Termas de São Vicente, Unidade de Saúde de Penafiel — um lugar;
 Centro de Saúde de Rio Tinto e São Pedro da Cova, Unidade de Saúde de Rio Tinto — um lugar;
 Centro de Saúde de Soares dos Reis e Oliveira do Douro, Unidade de Saúde de Soares dos Reis — um lugar.

5 — Conteúdo funcional — as funções a exercer são as descritas no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.

6 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a correspondente ao escalão e índice da categoria de assistente fixados no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, a saber:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito ao exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

- Ser funcionário ou agente da Administração Pública;
- Possuir licenciatura em Ciências de Nutrição, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro;
- Encontrar-se habilitado com o grau de especialista, de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, ou possuir a equiparação ao estágio, de acordo com o estabelecido no artigo 35.º do mesmo diploma, conjugado com os Decretos-Leis n.ºs 9/98, de 16 de Janeiro, e 38/2002, de 26 de Fevereiro.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, serão os seguintes:

- Avaliação curricular, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro;
- Entrevista profissional de selecção, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à coordenadora da Sub-Região de Saúde do Porto, a entregar directamente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sita à Rua Nova de São Crispim, 380-384, 4049-002 Porto, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

10.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e telefone);